
**TERRITORIALIDADE CAMPONESA E O BEM VIVER
AGROECOLÓGICO: o caso do assentamento Contestado em Lapa,
Paraná**

**PEASANT TERRITORIALITY AND AGROECOLOGICAL WELL
LIVING: the case of the Contestado settlement at Lapa, Paraná state**

Nathan Pereira Dourado

Doutorando em Geografia - POSGEO/Universidade Federal da Bahia
npdourado@hotmail.com

Resumo

Este trabalho surge da necessidade de se discutir a aproximação dos conceitos de agroecologia, campesinato e bem viver, tendo como objetivo analisar as contribuições da agroecologia na construção do bem viver e apresentar um construto do bem viver camponês agroecológico, elaborado a partir da interface e da correlação entre os elementos identificados na bibliografia e os observados em campo. A metodologia empregada na pesquisa, de base qualitativa, articulou revisão teórica com trabalho de campo. Como recorte empírico, adotou-se a experiência do assentamento Contestado, localizado no município da Lapa, Paraná. Os resultados permitem considerar o assentamento Contestado um experimento real, em que os/as camponeses/as (re)existem e se organizam, para produzir, para pensar e para viver agroecologicamente, passando a manifestar novas formas de se relacionar entre si, com a natureza e com o território, podendo ser visto como um lugar de manifestação do bem viver e um possível embrião de renovadas relações sociais. Os elementos constitutivos do aqui chamado bem viver camponês agroecológico, apontados como tendência no assentamento, foram: racionalidade ambiental, emancipação humana, convivencialidade, soberania alimentar e promoção da saúde.

Palavras-chave: Agroecologia. Campesinato. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Bem Viver.

Abstract

This article presents the results of a master's research that sought to analyze the role of Agroecology in the construction of Good Living, with reference to peasant territoriality. It proposes to present a construct of Agroecological Peasant Good Living, elaborated from the interface and correlation of the elements identified in the bibliography, with those observed in the field. The methodology used in the research articulated theoretical revision with fieldwork. As an empirical case study, it was adopted the experience of the Contestado settlement, located in the municipality of Lapa, on Paraná State, Brazil. The results allow considering the Contestado settlement as a real experiment, in which peasants (re)exist and organize themselves to produce, think and live agroecologically,

while they manifest new ways of relating among themselves, with nature and territory. The constitutive elements of the Agroecological Peasant Good Living, pointed out as a tendency in the settlement, were: environmental rationality, human emancipation, conviviality, food sovereignty and the promotion of health.

Keywords: Agroecology. Peasantry. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Good Living.

Introdução

Este artigo apresenta resultados da pesquisa de mestrado intitulada “Agroecologia camponesa: muito além da produção de alimentos saudáveis – um projeto de vida no assentamento Contestado”, que objetivou analisar o papel da agroecologia na construção do bem viver, a partir da análise da experiência concreta de um assentamento rural, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Conceitualmente, ao longo do artigo, estabelece-se relações e convergências entre os conceitos de agroecologia e de bem viver.

Para Gramsci (2008, p. 66), “os novos métodos de trabalho são indissolúveis de um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida”. Partindo desta perspectiva, a nossa hipótese é de que a transição para uma forma de produção agroecológica tem o potencial de gerar uma mudança de consciência, que, por sua vez, pode ser geradora de novas relações sociais, convergentes com a práxis do bem viver.

Este trabalho apresenta um construto do bem viver agroecológico, elaborado a partir da interface e da correlação entre os elementos identificados na bibliografia e no campo empírico. Para tanto, a metodologia empregada articulou revisão teórica com trabalho de campo. No movimento da investigação dialética, partimos da observação do concreto (empírico) para o abstrato (teoria) e vice-versa, visando a estabelecer relações entre a teoria e a realidade observada (SMITH, 1988; LEFEBVRE, 2019).

Em nossa análise, utilizamos, também, o conceito de territorialidade, que está diretamente vinculado à apropriação e ao controle de um determinado espaço geográfico, mas que diz respeito, ainda, as maneiras pelas quais os sujeitos se relacionam entre si e com a natureza, dando sentido aos lugares e à própria existência (RAFFESTIN, 1993; SACK, 2013). De acordo com Raffestin: “os homens ‘vivem’, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial, por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas” (RAFFESTIN, 1993, p. 158). Em consonância com este

entendimento, partimos do pressuposto de que o nosso sujeito de pesquisa, o camponês assentado agroecológico, expressa uma territorialidade, que se contrapõe à do modelo desenvolvimentista do agronegócio (FERNANDES, 2008; 2012).

Como recorte empírico, adotamos a experiência do assentamento Contestado, localizado no município da Lapa (PR), por considerá-lo um “laboratório” da assim chamada Reforma Agrária Popular (MST, 2013), no qual a experiência agroecológica se configura como um projeto coletivo de vida¹, que tem conduzido os sujeitos à “reapropriação do controle do seu trabalho, dos seus recursos e dos seus produtos” (QUIJANO, 2002, p. 486). Em concordância com Brandenburd (2017, p. 163), “trata-se de um rural de novos atores, de sujeitos ecológicos, que se diferencia, de um lado, do rural tradicional e, de outro, do rural moderno do agronegócio”.

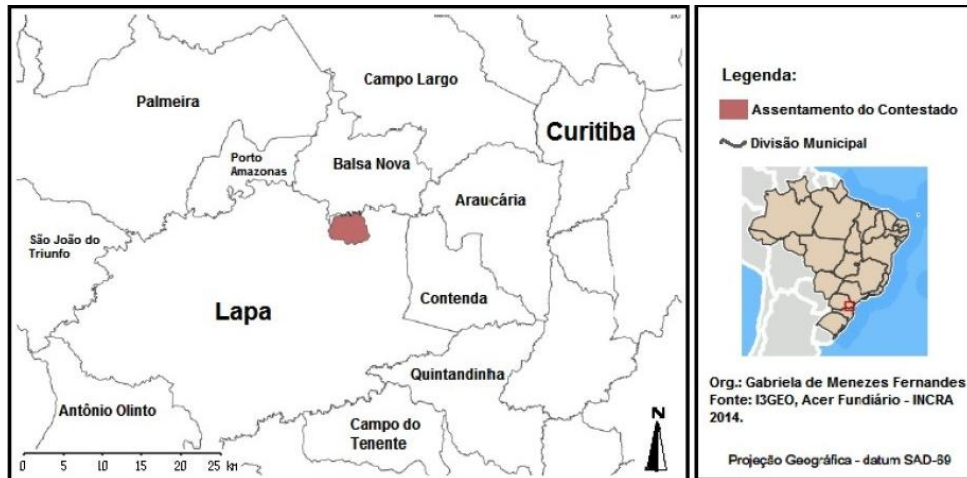
Nesta pesquisa, consideramos o assentamento Contestado um experimento real, no qual homens e mulheres se organizam para produzir, para pensar e para viver agroecologicamente, passando a manifestar novas formas de se relacionar entre si e com a natureza, que merecem ser examinadas. Ao todo, foram selecionadas dez famílias para participar da pesquisa, de um universo de 84 que produzem de forma agroecológica no assentamento.

Breve descrição do território estudado

O assentamento Contestado está localizado no município da Lapa, Paraná, distante cerca de 20 km da sede do município e 70 km da capital (Mapa 1). O território foi conquistado, por meio da luta pela terra, empreendida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). No dia 7 fevereiro de 1999, cerca de 50 famílias organizadas ocuparam terras da antiga Fazenda Santa Amélia, remanescente do regime de sesmarias, na ocasião, propriedade da indústria de cerâmica Incepa, a qual, além de não cumprir com sua função social, detinha uma grande dívida com a União. Após o processo de ocupação, seguido de acampamento, o assentamento foi fundado em 29 de novembro de 2000.

¹ Em oposição ao “projeto de morte”, promovido pelo agronegócio (VIA CAMPESINA, 2015).

Mapa 1: Localização do Assentamento Contestado



Fonte: Gabriela de Menezes Fernandes, 2014.

Desde o seu surgimento, a agroecologia foi definida como diretriz produtiva do assentamento, havia o intuito de se tornar uma referência em produção agroecológica e um lócus de resistência e de enfrentamento à hegemonia do capital, a partir da perspectiva de autonomia e da não subordinação ao modelo do agronegócio. Apesar disso, não são todas as famílias que produzem de forma agroecológica no assentamento; percebemos que, ainda assim, existe uma disputa interna entre o projeto do agronegócio e o agroecológico.

Figura 1: Vista aérea da área central do assentamento Contestado



Fonte: Leonardo Ercolin Filho – Departamento de Geomática da UFPR (2019).

O assentamento possui uma área total de 3.228 hectares, dos quais 1.240 são área de proteção ambiental. Atualmente, residem 110 famílias, instaladas em lotes individuais,

com uma área média de 10 a 15 hectares cada. Estas famílias estão organizadas em dez núcleos de base e, além destas, há os trabalhadores, que moram e que trabalham no centro comunitário, onde se localizam a sede da Cooperativa Terra Livre, a Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA)², a creche (Ciranda Infantil), a escola municipal, o colégio estadual, o Casarão Cultural e a Unidade Básica de Saúde (UBS).

Figura 2: Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELLA)



Fonte: Registro do autor, 2017.

Em 2010, os assentados fundaram a Cooperativa Terra Livre, que, na ocasião do trabalho de campo, contava com 235 sócios, sendo estes agricultores do próprio assentamento e dos municípios circunvizinhos: São Mateus do Sul, Palmeira, Campo Largo, Antônio Olinto, Teixeira Soares e Antonina. No ano de 2017, a comercialização semanal girou em torno de 8 toneladas de alimentos, atendendo a 57 colégios estaduais, a 22 escolas municipais e a cerca de 3 mil pessoas, via mercados institucionais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Territorialidades em disputa e (re)existências camponesas

O agronegócio³ representa o modelo de desenvolvimento hegemônico no campo brasileiro, controlado por grandes corporações, por meio do qual a produção agropecuária

² A ELLA foi fundada em 2005, fruto de uma parceria com a Via Campesina, com o objetivo de qualificar e de capacitar militantes da América Latina e do Caribe. Atualmente, está vinculada ao Instituto Federal do Paraná (IFPR) e conta com os cursos superiores de Tecnólogo em Agroecologia e Licenciatura em Educação do Campo.

³ Entendido como um complexo de sistemas – agropecuário, industrial, mercantil, tecnológico, financeiro e ideológico (FERNANDES, 2008; 2012).

está completamente submetida à lógica de acumulação capitalista (FERNANDES, 2008). Atualmente, a lógica de funcionamento deste modelo, baseado na modernização (conservadora) e na concentração de terra, de poder e de renda, revela o caráter controverso das políticas de desenvolvimento agrícola⁴ implementadas pelo Estado brasileiro.

A crise socioambiental deste modelo de desenvolvimento agrícola se traduz na contaminação dos solos e das águas, no desmatamento, na erosão da biodiversidade, no baixo emprego de mão de obra e/ou na precarização do trabalho, na perda do controle local sobre a produção agrícola, na expropriação dos camponeses e dos povos tradicionais, na redução das áreas destinadas à produção de alimentos e em impactos à saúde humana (FERNANDES, 2008; ALTIERI, 2012; MACHADO; MACHADO FILHO, 2014).

A subordinação da agricultura à indústria representa, ao mesmo tempo, a subordinação da natureza aos processos e aos ritmos do capital, conforme exemplificado por Graziano da Silva (1981, p. 44):

Assim, se faltar chuva, irriga-se; se não houver solos suficientemente férteis, aduba-se; se ocorrem pragas e doenças, responde-se com defensivos químicos; e se houver ameaças de inundação, estarão previstas formas de drenagem. A produção agropecuária deixa assim, de ser uma esperança ao sabor das forças da natureza para se converter numa certeza sob o comando do capital.

Como consequência, o agronegócio tem sido responsável pela apropriação capitalista das riquezas sociais e naturais, geradas nos territórios rurais (OLIVEIRA, 2007; FERNANDES, 2008; LEITE; MEDEIROS, 2012), de tal forma que retira dos alimentos o seu valor de uso, passando a integrá-lo como *commodity* no fluxo do capital. Este padrão de desenvolvimento capitalista tem promovido a privatização, a homogeneização e a especialização produtiva (GIRALDO; ROSSET, 2016). Como consequência, “a produtividade agrônômica não garante a distribuição de alimentos nem a segurança alimentar; avança, sepultando os sentidos do cultivo e os sabores da terra” (LEFF, 2002, p. 38).

Por outro lado, a permanência do campesinato no campo brasileiro resulta da sua capacidade de adaptação, em meio às relações capitalistas de produção, das lutas de

⁴ Ao mesmo tempo que batemos recordes de produção de grãos, cerca de 24 mil pessoas morrem, por dia, vítimas da fome, no mundo (FAO, 2018).

acesso e/ou de permanência na terra e da constante busca por autonomia (OLIVEIRA, 2001; CARVALHO, 2005; PLOEG, 2009; PAULINO; ALMEIDA, 2010; FERNANDES, 2012). Guzmán & Molina (2013, p. 10) consideram que “o campesinato representa a contradição de um modo de produção – especificamente, o agronegócio – e, ao mesmo tempo, pode-se afirmar como alternativa para um novo projeto, baseado na agroecologia”. Neste sentido, como veremos mais adiante, “a Agroecologia pode ser lida como uma expressão da territorialidade do campesinato” (COCA *et al.*, 2019, p. 179).

De acordo com Paulino & Almeida (2010), “a presença camponesa não decorre de uma licença capitalista”, mas, sim, “da capacidade própria de se articular, enquanto classe” (p. 65). A questão da disputa pela terra suscita o debate acerca do conceito de território, compreendido a partir do conflito social e da disputa pela apropriação do espaço. Deste modo, a terra apropriada pelo capital se torna território de negócio, de produção de mercadorias e de exploração alheia do trabalho. Por outro lado, quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em território de produção, de moradia e de construção de sua cultura (FERNANDES, 2012). “De um lado, a classe daqueles que usam a terra para extrair renda e lucro, e produzir dominação política; do outro, a classe dos camponeses que da terra precisa para viver. O resultado tem sido o território em disputa” (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 16).

No MST, a luta pela conquista da terra se dá, a partir da ocupação⁵ da terra e da formação do acampamento. Após este processo, em muitos casos, consolida-se um novo assentamento rural, no qual instalam-se dezenas, centenas e, até, milhares de famílias de trabalhadores, fazendo acontecer “a formação do território camponês” (FERNANDES, 2012, p. 745). Assim, as famílias de assentados⁶ têm a oportunidade de (re)construir o seu lugar de viver, de produzir e de se reproduzir, socialmente, em um novo território, reorganizado para este fim (FERNANDES, 2008; 2012).

A resistência de um campesinato contemporâneo, articulada à prática da agroecologia, representa a negação do modelo de desenvolvimento do agronegócio e manifesta uma crítica empírica aos limites da ordem capitalista, à medida que reproduz

⁵ A partir da década de 1980, as ocupações de terra se tornaram ferramenta e expressão da luta camponesa (FELICIANO, 2006). Entre 1988 e 2019, ocorreram 7.985 ocupações, envolvendo a participação de mais de 1 milhão de famílias (DATALUTA, 2019).

⁶ No Brasil, de acordo com os dados do INCRA, existem 9.529 assentamentos rurais regularizados, com cerca de 1,1 milhão de famílias assentadas (DATALUTA, 2019).

um novo modo de produzir e de viver – territorialidade – convergente com a concepção de bem viver⁷ (GUDYNAS, 2011; QUIJANO, 2012; CECEÑA, 2012). Segundo Giraldo (2014), o bem viver está presente nas racionalidades, nas formas de interpretar o mundo e na prática social de comunidades rurais espalhadas pela América Latina.

Para além de conceitos teóricos, o bem viver e a agroecologia se apresentam como propostas e, de forma conjugada, podem apoiar ainda mais fortemente o enfrentamento ao modelo de desenvolvimento que ignora a defesa da vida humana e das condições de vida da natureza. Contudo, esses dois conceitos não se materializam sem as lutas de resistência. E os movimentos sociais são elementos fundamentais de transformação para a emergência dessas e outras práticas e valores na sociedade. (MORAES; SORRENTINO, 2017, p. 144).

Em meio à diversidade de formas de viver nos e com os territórios, há duas características que constituem uma unanimidade entre os camponeses: o respeito pelos ciclos da vida e a lógica comunitária, manifestada na prática cotidiana, que diferem profundamente da lógica de exploração capitalista (PLOEG, 2009; FERNANDES, 2012; TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015). Ploeg (2009, p. 17) defende que: “o modo de produção camponês deve ser valorizado como um dos principais elementos de qualquer que seja o projeto adotado para fazer frente aos dilemas atuais”.

Essa concepção permite aproximar o modo de vida camponês à cultura do bem viver e à prática agroecológica, pois, assim como o campesinato, o bem viver representa um projeto político popular, que se contrapõe à racionalidade capitalista moderna-colonial (GUDYNAS, 2011; QUIJANO, 2012; ACOSTA, 2016), logo pressupõe construir alternativas ao desenvolvimento capitalista, visando a concretizar maneiras outras de compreender e de organizar a vida e o território (QUIJANO, 2012; CECEÑA, 2012).

Agroecologia política: práxis territorial contra-hegemônica rumo ao bem viver

A agroecologia é compreendida como um modelo contra-hegemônico de produção agropecuária, baseado na produção diversificada de alimentos, sem o uso de insumos de síntese química, de agrotóxicos e de transgênicos, orientado ao resgate e à

⁷ Entendido como um modo de existência social, alternativo ao padrão moderno-colonial capitalista, o Bem Viver (Buen Vivir) corresponde às noções de “Sumak Kawsay”, na língua Quéchua, de “Suma Qamaña”, em Aymara, e de “Nhandereko”, em Guarani (QUIJANO, 2012; GUDYNAS, 2011).

valorização de conhecimentos tradicionais, em sintonia com os ecossistemas locais (LEFF, 2002; ALTIERI, 2012; MACHADO; MACHADO FILHO, 2014). Ao mesmo tempo, a agroecologia se configura como ciência, prática e movimento social (WEZEL *et al.*, 2009), e pode ser entendida como um novo paradigma de desenvolvimento rural, orientado ao bem viver (SILVA, 2019; GIRALDO, 2014): “[...] muito mais do que uma forma de produzir, a agroecologia é uma forma de ser, de compreender o mundo, de habitá-lo, de senti-lo” (GIRALDO; ROSSET, 2016, p. 30, tradução nossa).

Abordada a partir do enfoque político e popular, a agroecologia passa a ser entendida como uma maneira de responder concretamente às contradições geradas pelo padrão capitalista (colonial, patriarcal, antropocêntrico e racista) de desenvolvimento, colocando-se como uma ferramenta de transformação social (LEFF, 2002; GUZMÁN; MOLINA, 2013; VIA CAMPESINA, 2015; ROSSET; ALTIERI, 2018). Desse modo, “os movimentos sociais defendem a agroecologia como a única opção viável, para transformar radicalmente o sistema agroalimentar hegemônico” (GIRALDO; ROSSET, 2016, p. 15, tradução nossa).

Segundo Novaes *et al.* (2015, p. 216):

A agroecologia é entendida como parte da estratégia de luta e de enfrentamento ao agronegócio, à exploração dos trabalhadores e à depredação da natureza. Nessa concepção a agroecologia inclui o cuidado e a defesa da vida, produção de alimentos, consciência política e organizacional [...] A agroecologia dos movimentos sociais nos ajuda a pensar a reforma agrária, as formas alternativas de produção, comercialização e educação para além do capital no século XXI.

Nesse sentido, a partir do ano de 2000, a agroecologia se tornou assunto estratégico no MST, o qual passou a incentivar os seus acampados e assentados a adotarem a agroecologia (BORSATTO; CARMO, 2014), deste modo, “[...] cada vez menos, o adversário aparece como sendo o latifúndio e cada vez mais, é o agronegócio [...]; ao modelo do agronegócio, passa a ser contraposto o modelo agroecológico” (LEITE; MEDEIROS, 2012, p. 85). Essa mudança pode ser constatada, através da fala de um assentado: “*O MST apareceu para a gente como um dos meios para se fazer a discussão coletiva sobre a mudança da matriz tecnológica*” (C.L.K.), bem como no caderno de formação do ano de 2001 e no Programa Agrário do MST (2014-2019).

Deveremos dar destaque ao aspecto dos insumos industrializados (venenos, adubos, sementes híbridas) que encarecem a produção, envenenam as pessoas e a natureza e nos torna dependentes das empresas multinacionais [...] assim a

agroecologia deverá orientar as nossas atividades produtivas [...] buscando construir um novo modelo de produção, que nos ajude na edificação de um novo ser social. (MST, 2001, p. 17).

A reforma agrária integra relações amplas entre o ser humano e natureza, que envolve diferentes processos que representam a reapropriação social da natureza, como negação da apropriação privada da natureza realizada pelos capitalistas. Implica em um novo modelo de produção e desenvolvimento tecnológico que se fundamente numa relação de co-produção homem e natureza [...] e em uma nova compreensão política do convívio e do aproveitamento social da natureza. (MST, 2014, p. 33).

Por conseguinte, a agroecologia passa a se configurar como parte da territorialidade camponesa⁸.

Como a Agroecologia é um rompimento ontológico com o modelo de alimentação implementado pelo agronegócio, a sua reprodução por acampados e assentados pode ser lida como a produção de uma territorialidade diferente daquela que tem sido produzida de modo hegemônico por meio de premissas como a padronização da paisagem, o uso intensivo de agrotóxicos e de maquinários, etc. (COCA *et al.*, 2019, p. 174).

Os camponeses/as agroecológicos ouvidos/as nesta pesquisa, quando perguntados/as sobre o que a agroecologia representa para eles/as, expressaram as seguintes falas:

Agroecologia pra mim é mais que um jeito de produzir [...] ela visa a produção, mas visa também a organização e um jeito melhor de viver na terra e de como se relacionar com seu entorno (C.J.C).

Eu acho que esse é o único caminho para o futuro da agricultura, é uma maneira de trazer de volta a natureza e a vida, ajudando uns aos outros (I.N.S).

Agroecologia pra mim é um projeto de vida, de cuidado amplo, de cuidar do inteiro, da casa comum, da natureza e tudo que tem nela. É um projeto completo pra se viver mais tranquilo no campo com liberdade e autonomia (M.N.L).

É algo que entrou na nossa vida como uma forma de trabalhar diferente, um outro convívio com ambiente. Também uma questão de saúde, com o que a gente faz aqui hoje estamos produzindo saúde [...] Agroecologia é nossa vida, a gente cultiva ela e ela cultiva a gente (L.M.).

Giraldo e Rosset (2016) alertam sobre a disputa existente em torno da agroecologia e sobre o risco de o conceito ser cooptado por setores representantes dos interesses capitalistas: isto poderia vir a ajudar o capital a se salvar de suas próprias

⁸ “As territorialidades estão, portanto, em permanente processo de criação ou de redefinição. Sua dinâmica é política” (CECEÑA, 2012, p. 126, tradução nossa).

contradições. Para evitar que isto aconteça, a agroecologia não pode, simplesmente, ser reduzida a um pacote tecnológico ou a um modelo sustentável de produção; deve-se evitar que o conceito seja despojado de seu conteúdo político e de suas referências aos movimentos sociais. Segundo os autores, a territorialização efetiva da agroecologia passa pela promoção do bem viver e pela apropriação dos movimentos sociais, favorecendo à manutenção do seu compromisso político com a transformação social e com a superação das relações de dominação e de exploração oriundas do capitalismo.

No Brasil, observa-se uma aproximação da perspectiva do bem viver com o discurso da agroecologia. Constatamos, por exemplo, que o tema esteve presente em diversos eventos de agroecologia, nos últimos anos (Tabela 1).

Tabela 1: Eventos de agroecologia com o tema do bem viver

Nome do evento	Lema	Cidade/ano
IX Congresso Brasileiro de Agroecologia	Diversidade e soberania na construção do bem viver	Belém, 2015
2º Seminário de Agroecologia da América do Sul	Agroecologia e soberania alimentar: saberes em busca do bem viver	Dourados, 2016
III Encontro Tocantinense de Agroecologia	Território e agroecologia em rede: a base para o Bem viver	Aldeia Cipozal, 2017
II Seminário Nacional das Mulheres	Agroecologia e Bem viver	Tefé, 2017
X Encontro Ampliado da Rede Ecológica de Agroecologia	Cuidado, Cultura e Bem viver : Construindo Caminhos	Erechim, 2017
VI Congresso Latino-Americano de Agroecologia e X Congresso Brasileiro de Agroecologia	Agroecologia na Transformação de Sistemas Agroalimentares na América Latina: Memórias, Saberes e Caminhos para o Bem viver	Brasília, 2017
IV Encontro Estadual de Agroecologia	Agroecologia cultivando territórios do Bem viver	Rio de Janeiro, 2017
Encontro Nacional Comissão Pastoral da Terra	Teia dos Povos: Sementes de Bem viver	Luziânia, 2018
II Seminário Internacional Brasil-Colômbia	Agroecologia e construção do bem viver : cenários da América Latina	Teresina, 2019
V Encontro Tocantinense de Agroecologia	Territórios Agroecológicos: Tecendo resistências e esperança para o campo e a cidade na construção da democracia popular e do Bem viver	São Miguel do Tocantins, 2019
5º Encontro de Extensão, Pesquisa e Inovação em Agroecologia - UFPB	O lugar da Agroecologia e do Bem viver no Semiárido Brasileiro.	Picui, 2019
IX Seminário Estadual de Agroecologia	20 anos construindo a sociedade do Bem viver	Santa Catarina, 2019
VI Jornada de Agroecologia da Bahia	Terra, território, águas e ancestralidade – tecendo o bem viver	Utinga, 2019

Fonte: elaborado pelo autor, 2019.

Construto do Bem Viver Camponês Agroecológico

Dentre os princípios do bem viver, destacam-se três: relacionalidade, comunalidade e complementaridade; noções que se opõem à racionalidade capitalista, antropocêntrica, patriarcal e dualista, que moldou o imaginário da sociedade moderna, fazendo-nos considerar a natureza como algo separado, como um objeto a ser dominado e um recurso a ser explorado (GUDYNAS, 2011; ESTERMANN, 2012; GIRALDO, 2014; ACOSTA, 2016).

Para Gudynas (2011, p. 2): “O bem viver se distingue dos discursos, que celebram o crescimento econômico ou o consumo material como indicadores de bem-estar [...] suas referências à qualidade de vida passam por outros caminhos”. O bem viver pressupõe um bem-estar comunitário, que abrange as relações do ser humano entre si e que se estende a toda a natureza e às demais formas de vida. Escobar (2014) defende a centralidade das experiências comunitárias como o principal caminho para o bem viver.

Nesse sentido, podemos afirmar que o projeto agroecológico de vida e o desenvolvimentista do agronegócio se enfrentam no campo das cosmovisões; trata-se, portanto, de disputas epistêmicas e ontológicas, que seguem sendo travadas nos territórios (CECEÑA, 2012; ESCOBAR, 2014; GIRALDO, 2014; TOLEDO, 2016).

Assim, enquanto a Agroecologia se nutre dos saberes culturais dos povos, de valores tradicionais que vinculam o momento da produção com as funções simbólicas e o sentido cultural do metabolismo social com a natureza, a agricultura capitalista se funda na crença no mercado e na valorização da especialização tecnológica do processo e do crescimento sem limites, que vai desnaturalizando a natureza e a relação do homem com a terra. (LEFF, 2002, p. 43).

Cabe afirmar que o bem viver, ao se opor aos conceitos de progresso e de desenvolvimento, não significa uma aspiração romântica de retorno ao passado, tampouco prega uma postura antitecnológica; o bem viver propõe construir pontes entre o conhecimento tradicional e o científico moderno, afirmando a riqueza presente na diversidade de formas de ser e de sentir, de pensar e de fazer, de conviver e de se relacionar, distintas das do padrão moderno capitalista (GUDYNAS, 2011; QUIJANO, 2012; GIRALDO, 2014; ACOSTA, 2016). De acordo com Haesbaert & Porto-Gonçalves (2006, p. 78), “é no campo da construção de novas subjetividades que os processos de transformação se constroem”.

Buscou-se com esta pesquisa apreender uma noção de bem viver própria do grupo estudado, para se chegar a um construto capaz de agregar os elementos, que constituem o bem viver na territorialidade camponesa estudada. No caso do assentamento Contestado, as famílias relatam que, quando ocuparam as terras, havia “o nada”, que foi se transformando, a partir da apropriação do território e do entrelaçamento de trajetórias e de sonhos, atrelados a um projeto de vida agroecológico. De acordo com um assentado: “[...] *na agroecologia você cria uma força a partir do momento que se junta com mais pessoas, que te reforçam essa ideia. Então é um projeto coletivo*” (C.L.K).

Foram elencados, através dos depoimentos e da observação de campo, os principais elementos constitutivos do bem viver no território estudado. Com isso, foi possível elaborar um construto, a partir de cinco categorias-chave, que ajudam a retratar a realidade empírica, a saber: racionalidade ambiental, convivencialidade, emancipação humana, soberania alimentar e promoção da saúde (Figura 4).

Figura 3: Elementos constitutivos do bem viver no Assentamento Constestado



Fonte: elaborado pelo autor (2018).

Racionalidade ambiental e defesa da vida

O bem viver propõe uma “mudança radical no modo como se interpreta e se valoriza a natureza” (GUDYNAS, 2011), haja visto a necessidade de superação da racionalidade moderna capitalista, que tem, como um de seus fundamentos, a perspectiva antropocêntrica de dominação e de exploração da natureza. Durante a pesquisa de campo,

a partir das observações e das entrevistas, foi possível perceber que os/as camponeses/as agroecológicos/as estabelecem um tipo de relação com a natureza ancorado nas noções de pertencimento e de afetividade com o território-lugar, em que estão inseridos.

Nota-se que os sujeitos investigados enxergam a terra como um bem comum e, não, como um recurso qualquer; desse modo, passam a se relacionar com a terra e com os recursos naturais de maneira diferente da racionalidade produtivista e instrumental. Nos termos de Enrique Leff:

Isso significa libertar os conceitos de terra e de recurso, das formas limitadas de significação do natural submetido à racionalidade econômica, que levaram a desnaturalizar a natureza de sua organização ecossistêmica para convertê-la em recurso natural, em matéria-prima para a apropriação produtiva (e destrutiva) da natureza [...] As práticas agroecológicas recuperam o sentido do valor de uso (ecológico) da terra e seus recursos e devolvem o seu verdadeiro ser. (LEFF, 2002, p. 41).

Em contraponto à racionalidade capitalista moderno-colonial, que carrega uma concepção linear do tempo e da exploração ilimitada dos recursos naturais, a agroecologia faz emergir outra racionalidade, ancorada no entendimento cíclico da natureza e do tempo (LEFF, 2002), estando em consonância com o bem viver (CECEÑA, 2012; GUDYNAS, 2011). Pode-se afirmar que a agroecologia age conjugada a uma mudança de mentalidade do agricultor/a quanto ao entendimento da própria agricultura, da natureza e da sociedade, em favor de uma ampla defesa da vida. Interpreta-se essa mudança de racionalidade e, conseqüentemente, da maneira de se relacionar com a natureza, a partir da teoria da racionalidade ambiental, desenvolvida por Enrique Leff. Segundo o autor, “diante das racionalidades econômica e instrumental, que domina o processo de globalização, a racionalidade ambiental se funda em novos princípios éticos, valores culturais e potenciais produtivos” (LEFF, 2009, p. 40).

A agroecologia orientada ao/pelo bem viver, em contraposição à busca insaciável por produtividade e por lucro, resgata relações de reciprocidade e de complementariedade de épocas, em que “a cultura coevoluciona com a natureza, hibridando-se e diversificando-se, multiplicando os sentidos da vida e as formas da natureza. Quando o trabalho era saber fazer e saber ser e a terra era lavrada como o ferreiro molda o metal e o escultor molda a pedra. Quando o fruto do trabalho rendia o fruto das delícias da terra” (LEFF, 2002, p. 38).

Para Leff (2009, p. 139), “o conceito de racionalidade ambiental constitui, assim, uma categoria crítica, para a construção de uma racionalidade produtiva alternativa”. Os

próximos depoimentos revelam o caráter dessa mudança de racionalidade, presente na empiria camponesa agroecológica:

Desde a época de acampamento criamos um regimento que não podia caçar, queimar, usar veneno, jogar o lixo em qualquer lugar(...) e as pessoas que vieram morar aqui tiveram que mudar os seus hábitos (A.C.C).

Quando a gente chegou aqui tinha muita pouca biodiversidade, não tinha um pé de fruta, tinha nada. Mas a gente sempre teve a ideia de trabalhar pra trazer espécies novas, tipo aqui na agrofloresta, com plantio de frutíferas, cultivando e respeitando as beiradas da água...e com isso a gente foi vendo os tatu e os bichos reaparecendo. É gratificante isso (E.C).

Se fosse pra fazer convencional com esse pedacinho de terra aqui, eu já teria abandonado, só ia dar prejuízo e dor de cabeça. Agora pra quem tá dentro da agroecologia, já tá dentro da cabeça que não precisa de quatro alqueire. Pra trabalhar com agroecologia, se você planta um alqueire bem cuidado, vale pelos quatro do convencional - que além de maltratar a terra e se maltratar, gasta muito mais (M.N.L).

É impressionante, né? Aqui a cada dia vai melhorando mais, as plantas começam a vir naturalmente. Não preciso mais ficar plantando o tempo todo. A própria natureza vai trabalhando a nosso favor, nos ajudando cada dia mais (I.N.P).

[Agroecologia] não é voltar pra uma agricultura do passado, é aproveitar as coisas boas que aconteciam no passado. Uma coisa boa, por exemplo, era os mutirões. Eu acho que mesmo tendo os lotes individuais dá pra gente voltar a fazer [...]se você tá num caminho errado, que não tá dando certo, você não tem que voltar e pegar o caminho certo, não é? Agroecologia é isso, é voltar pra pegar o caminho certo (E.D.S).

É comum entre os agricultores entrevistados a percepção de que a agricultura convencional somente explora a natureza, enquanto a agroecologia permite uma relação de troca e de equilíbrio, que possibilita a seres humanos e à natureza viverem em harmonia: “*Eu sonho que o povo, um dia, principalmente, os assentados, mudem a mentalidade de como se cuidar e cuidar do meio ambiente*” (M.N.L).

A mudança para uma racionalidade ambiental, observada entre os camponeses agroecológicos do assentamento Contestado, aponta para uma nova ruralidade, marcada pela “ecologização da agricultura” (BRANDENBURG, 2017), na qual a natureza deixa de ser considerada um recurso e um objeto de exploração e se torna parceira e parte integrante das relações sociais. Segundo o autor, os protagonistas desse novo rural ecológico são os próprios agricultores familiares e os camponeses em movimento. Deste modo, “não constitui um projeto do Estado ou de políticas governamentais, ou seja,

o projeto de um rural ecologizado não é oriundo do sistema (Estado e mercado), como é o projeto de um rural modernizado”.

Convivencialidade

A convivencialidade⁹ é um conceito formulado pelo filósofo Ivan Illich e retomado por Serge Latouche (2012). Segundo Illich, o termo foi escolhido, para designar o contrário de produtividade: “a passagem da produtividade para a convivencialidade é a passagem da repetição da carência para a espontaneidade” (ILLICH, 1976, p. 25). Ainda com base no pensador: [...] “Transladar-se da produtividade para a convivencialidade é substituir um valor técnico por um valor ético” (idem, p. 28). Acreditamos que esta proposta pode fortalecer a ação das pessoas, enquanto sujeitos sociais, que dão sentido à construção histórica. Segundo Giraldo, “não há dúvida de que a crise do modelo agroindustrial e os processos de transformação agroecológica que começam a crescer em escala planetária refletem de forma surpreendente a crise anunciada por Ivan Illich há quatro décadas” (GIRALDO, 2016, p. 169, tradução nossa).

Para Latouche (2012), o ponto de partida para uma sociedade convivial é a mudança dos valores, que fundamentam nosso estilo de vida e o modo de funcionamento da sociedade. “É preciso introduzir um pouco de altruísmo na sociedade, um pouco mais de cooperação, e modificar totalmente nossas relações com a natureza; devemos nos comportar como bons jardineiros, ao invés de agir como predadores” (LATOUCHE, 2012, p. 49).

Illich (1976) elaborou uma profunda crítica acerca do processo de industrialização na sociedade moderna, que, segundo ele, levou ao domínio do instrumento sobre o ser humano e a uma profunda crise ecológica. Com base no autor, a passagem para uma sociedade industrial levou à desumanização e fez os seres humanos reféns de um sistema, que os transforma em simples objetos de produção e de consumo, isto é, em simples instrumentos: “reduzidos essencialmente à categoria de meros consumidores-usuários, veem-se privados da convivencialidade” (ILLICH, 1976, p. 24). Em contraponto, “convivencial é a sociedade, em que o homem controla a ferramenta” (idem, p. 10).

⁹ Conceito traduzido, também, como convivialidade, refere-se a uma teoria acerca dos limites do crescimento e do produtivismo-consumismo, e propõe um programa do que poderia ser uma fase superior da história humana, a fase convivencial (ILLICH, 1976).

É preciso lembrar que, desde a década de 1970, os programas de desenvolvimento rural buscaram a modernização das práticas camponesas e sua especialização produtiva [...]. O desenvolvimento rural implicou, desde as suas origens, uma lógica de crescimento, injeção de capital e transferência da tecnologia nascente da revolução verde, para a expansão do agroextrativismo e o surgimento de um sistema alimentar industrializado de notável uniformidade. (GIRALDO, 2016, p. 161, tradução nossa).

A convivencialidade, para Illich (1976), está ligada às dimensões do cuidado, do pertencimento, da criatividade, da liberdade, da autonomia, da espiritualidade, da reciprocidade e da complementaridade, valores que se aproximam da noção de bem viver, emergida dos Andes (GUDYNAS, 2011; ESTERMANN, 2012; GIRALDO, 2014; ACOSTA, 2016), e que apontam para um novo horizonte político, de construção de uma economia dos bens humanos, em oposição à economia dos bens materiais – da acumulação, da exploração e da concorrência (GIRALDO, 2016).

Giraldo (2016, p. 160) considera a agroecologia uma ferramenta convivial, que tem, como objetivo, “estabelecer um espaço propício, para imaginar e para criar diferentes maneiras de habitar, acoplando os diferentes modos de existência dos camponeses com as condições ecológicas de seus territórios” (tradução nossa).

Uma das características evidentes na sociedade atual, oriunda do padrão de racionalidade moderna capitalista, é o individualismo, resultado de uma forma de pensamento, que tem, como raízes, a razão iluminista e o liberalismo moderno. Em oposição, o bem viver reconhece o fato de que o indivíduo só pode viver em relacionamento permanente com sua comunidade (GIRALDO, 2014). Na opinião de dois assentados:

O ser humano sempre viveu em comunidade e trabalhou coletivamente, até aquele “Adão” Smith vir dizer que o esforço individual é que garante o sucesso [...] e aí o individualismo passou a sobrepor o coletivo. Então quer dizer que o individualismo é bom pra toda sociedade? Eu acho que não, a gente precisa cooperar pra ter sucesso, né! (C.L.K.).

O cerne do capitalismo é a propriedade privada, o indivíduo acima do coletivo. Esse é o grande mal que temos na humanidade, é a ideia do privado[...]A terra é um bem de todos, a serviço da humanidade. Tirar ela dessa fase mercadoria, pra uma produtora de vida, é o que está em jogo (C.J.C).

Durante a pesquisa, todos os sujeitos entrevistados se declararam integrantes do MST. A presença de bandeiras estendidas nas casas visitadas, a realização de assembleias e a participação

dos/as assentados/as em atividades promovidas pelo MST reforçam esta percepção, sobretudo, entre os/as agricultores/as agroecológicos/as.

No assentamento, observamos que homens e mulheres camponeses/as vêm se dedicando às práticas econômicas, sociais e solidárias, orientadas ao bem comum mais do que ao lucro privado, de modo que a dependência de um sistema econômico capitalista acaba sendo relativizada. Por sua vez, as trocas solidárias (não monetárias) caracterizam a economia camponesa presente no assentamento (SABOURIN, 2011), conforme se percebe nas falas:

Outra coisa que o movimento bate bastante, é a troca...porque na verdade você não precisa só ter produção pra vender por causa do dinheiro, dá pra trocar o feijão pelo porquinho. Dinheiro é bom, a gente precisa dele. Mas pra viver, antes a gente precisa comer (M.N.L).

As reuniões realizadas pela rede de certificação, pelos núcleos de base, pelas brigadas e pelas assembleias estimulam a participação direta e o envolvimento das famílias nas tomadas de decisões. Nas assembleias realizadas no assentamento, todos/as têm direito a voto. Constatou-se que as reuniões e as assembleias representam importante espaço de convivialidade, de formação e de troca de experiências. De acordo com os/as entrevistados/as, as famílias agroecológicas são as que mais participam destas atividades.

Se a pessoa diz que quer fazer agroecologia e não quer entrar em um grupo, não quer tá junto. Então tá errado o negócio. Tem que trabalhar em grupo, agroecologia é isso! Mesmo que cada um tem seu lote e sua produção individual, nós precisamos de um grupo, que nem o nosso aqui. Todo mês nos reunimos pra discutir várias coisas (E.D.S).

Hoje a gente tem duas formas de se organizar, a gente se organiza pela parte mais política do movimento e a gente também se organiza pela organização da agroecologia, pela certificação. Pela parte da certificação, as famílias a cada 30 dias se reúnem, e pelos núcleos do movimento a cada 60 dias. Fora isso tem as outras reuniões, dos núcleos, da cooperativa e dos setores (A.C).

Às vezes a gente faz almoço coletivo, que chamamos de partilha do alimento, cada um dá uma coisa, leva um prato diferente, daí a gente faz um momento de mística, um momento de discussão política, de troca de experiências...dá impressão que isso não é lazer, mas é... pensa: as pessoas vêm, senta, conta causo, escuta música, come, revê as pessoas...e não precisa gastar nada (A.C).

Emancipação humana e trabalho libertador

Agroecologia serve pra trabalhar a consciência do ser humano, pra ir se libertando da exploração do capitalismo (J.L).

A partir do entendimento do trabalho, no sentido empregado por Karl Marx, como base constitutiva da vida humana e como condição eterna de sua existência, entende-se o processo alienação como a perda de controle sobre o processo e sobre o tempo do trabalho, bem como o antagonismo entre proprietário e trabalhador assalariado (MÉSZÁROS, 2006). De acordo com Neto (2015, p. 239), “o controle do trabalhador sobre a atividade de trabalho foi diminuindo, em função da mudança do processo para o fim do acúmulo de riquezas”. Para Illich (1976), a alienação também é causa e consequência da sujeição da humanidade a instrumentos de sua própria criação. Nesse sentido, o trabalho alienado gera consciência alienada (MÉSZÁROS, 2006), de modo que:

[...] parte constitutiva do que é ser humano, é negada tanto para o proprietário, que vê apenas um fator de produção para obter lucros, quanto para o trabalhador que não enxerga uma atividade ontológica essencial, senão um meio de sobreviver, uma imposição vertical, uma penosidade. Este trabalhador foi expropriado do trabalho útil, do trabalho criativo, do trabalho social e, nesse sentido nega-se primeiro o trabalhador como parte essencial do que é o homem, consolida-se sua relação antagônica com o proprietário e a relação de ambos com a humanidade. (NETO, 2015, p. 236).

Ainda com base em Neto (2015, p. 236):

A alienação não se constitui, portanto, como uma fatalidade da natureza, nem um fato dado e acabado, um traço determinístico de uma realidade social inexorável, mas, sim, é fruto de um desenvolvimento histórico, específico que pode ser positivamente alterado pela intervenção consciente no processo histórico para transcender a “autoalienação do trabalho”.

Mészáros (2003, p. 105) acrescenta a essa análise a noção de que a relação entre o capital e o trabalho é assimétrica: “enquanto o capital depende absolutamente do trabalho – dado que o capital nada é sem o trabalho, e de sua exploração permanente –, a dependência do trabalho, em relação ao capital, é relativa, historicamente criada e historicamente superável”.

Portanto, o trabalho, ao mesmo tempo que é responsável pela alienação, pelo aprisionamento e pelo sequestro do “tempo livre”, pode servir como um meio/instrumento, para se alcançar a emancipação, através, por exemplo, da retomada do controle do processo produtivo, voltado à produção da autonomia criadora, baseado na autorrealização do trabalho (MÉSZÁROS, 2006). Nesse sentido, a produção e o trabalho,

para o camponês agroecológico, “deixam de ser um fardo, uma penosidade, uma luta pela sobrevivência” (NETO, 2015, p. 236) e passam a ser entendidos como “espaço de liberdade e de fruição, nos quais se estabelece a relação com outros sujeitos” (CECEÑA, 2012, p. 124, tradução nossa). Os relatos seguintes demonstram esse maior controle e autonomia sobre o processo produtivo:

O trabalho pra mim é um prazer, tô fazendo aquilo que gosto, livre assim, sem ninguém pegar no meu pé, sem cumprir horário, poder decidir por si próprio sobre o que fazer (I.N.P).

Nunca nem quis fazer carteira de trabalho pra ser empregado dos outros. Tenho documento de agricultor. Sempre trabalhamos para nós mesmo na agricultura, cultivando e vendendo a produção. Dificilmente a gente faz 8 horas dias de trabalho, a média é 6 horas por dia. Não trabalhamos pra terceiros... a não ser um dia ou outro, mas em ajuda ao vizinho (C.J.C).

O bem viver supõe ter tempo livre, para a contemplação e para o exercício da criatividade e da liberdade (GUDYNAS, 2011). Nesse sentido, Illich (1979), em seu livro *O direito ao desemprego criador*, retoma a teoria marxista de valor de uso e prega o direito ao desemprego útil e criativo, como algo positivo e construtivo para a sociedade, segundo o qual as pessoas são úteis a si mesmas e aos outros.

A produção e o trabalho são um exercício de reafirmação da vida, o que implica também o exercício e a recriação da política, e não um mal necessário ou simples meio de garantir a sobrevivência. Trabalho, nessa perspectiva, não é equivalente a emprego. A vida não se resolve com empregos, mas sim reinventando a complementaridade. Ou seja, a recuperação do trabalho como um ato social e intersubjetivo é em si mesma contraditória à forma capitalista de entender a produção ou o trabalho produtivo. (CECEÑA, 2012, p. 125, tradução nossa).

Em oposição à lógica capitalista de trabalho, encontramos, no assentamento Contestado, novas relações de trabalho, resultantes da prática agroecológica, que se inserem na construção de uma sociedade de produtores livremente associados, engajados na produção de alimentos saudáveis e na defesa da vida; uma sociedade, na qual o objetivo final deixa de ser a reprodução do lucro e passa a ser a reprodução da vida. Na seguinte fala, de um camponês agroecológico, é possível identificar esse aspecto emancipador: “*uma família que vive bem e produz o seu sustento em uma área de 100x100[m²] com a agroecologia, é dono de si próprio...o capitalismo não quer isso*” (J.L). Assim, o produto do trabalho passa a ser o alimento saudável em abundância e, não,

a geração de um produto alheio a sua vida e sem funcionalidade, de modo que o valor de troca passa a ser subordinado ao valor de uso.

A gente tem que pensar em ter a terra pra viver bem, e ajudar os outros. Não precisa acumular. Porque antes de parar aqui nós não tínhamos nada. Dentro da agroecologia dá pra viver bem (M.N.C).

*Eu tenho mais vontade de trabalhar junto, pra mim é melhor. Por exemplo eu colhi essas abobrinhas aqui em uma hora, se fosse duas pessoas, em meia hora nós acabava. Sou a favor de trocar o dia, o seu dia vale o meu, o valor é igual. Vamos supor, minha diária de tratorista é 200 e a sua de capina é 100, só que não vou cobrar dois dias meu por um dia seu, entendeu? (I.N.P).
aqui no Contestado. Precisamos se juntar mais pra pensar junto (M.N.C.).*

A respeito da questão financeira, uma das famílias entrevistadas, que antes de se mudar para o assentamento morava e trabalhava na cidade – a esposa, como funcionária pública, e o marido, como pedreiro – demonstram estar mais satisfeitos, hoje, ganhando menos, porém, trabalhando com a agroecologia:

Antes de vir pra cá nós ganhava uns 5 mil e gastava muito, vivia com cartão de crédito estourado...hoje com uma renda média de 1.500 reais é como se a gente fosse mais rico que antes (L.M.R.).

Uma liderança do assentamento ressalta que:

Agroecologia dá renda, sim, a maioria aqui conseguiu arrumar a casa, comprar moveis, comprar carro, passear [...] quando nós começamos tinha uma visão do atraso, o próprio movimento [MST] achava que não era possível viver de agroecologia, nem de agrofloresta. Aqui nós provamos que dá sim. (A.C.).

A partir da insubordinação à lógica do pacote de insumos agroquímicos, proveniente das corporações do agronegócio, os agricultores camponeses demonstram autonomia e possibilidade de construção de outro tipo de relação produtiva, pautada pela prática agroecológica e orientada ao bem viver. Dessa forma, os agricultores manifestam liberdade, para o exercício da criatividade e da autonomia, devido a uma lógica diferenciada de trabalho, fruto da prática agroecológica. Isso significa, inclusive, trabalhar menos, para liberar tempo para o desenvolvimento de sociabilidades diferentes das exigidas pelo mercado.

Soberania alimentar

O conceito de soberania alimentar foi inicialmente postulado pela Via Campesina, em 1996, e pode ser entendido como o direito e o poder de um povo de decidir a respeito de suas próprias políticas agrária e alimentar, ou seja, de decidir o que, como e quanto produzir, sem pressões comerciais externas (STÉDILE; CARVALHO, 2012). A soberania alimentar está relacionada à disputa pelo poder e pelo modelo de desenvolvimento: “[...] quem controlar as sementes e as mudas controlará a agricultura, como um todo” (MST, 2013, p. 18). Por isso, a questão da soberania alimentar faz parte das pautas do MST, que, durante o seu 5º Congresso Nacional, lançou um conjunto de princípios e de práticas, necessárias para promover a soberania alimentar nos seus assentamentos:

São necessárias plantações de alimentos de qualidade, por meio de práticas agroecológicas e sem agrotóxicos. As sementes e os conhecimentos históricos dos camponeses não podem ser apropriados de forma privada por empresas. Os trabalhadores rurais precisam controlar tanto a produção agrícola quanto o processamento dos alimentos para a comercialização, que deve ser dirigida para o mercado regional, com a venda do excedente para as grandes cidades. (MST, 2007).

De acordo com Stédile & Carvalho (2012), o conceito de soberania alimentar supera o de segurança alimentar, a partir do entendimento de que:

Além de terem acesso aos alimentos, as populações de cada país têm o direito de produzi-los[...] A partir daí o conceito evoluiu para a compreensão de que soberania alimentar significa que cada comunidade, município, região, povo tem o direito e o dever de produzir seus próprios alimentos. Por mais dificuldades naturais que ocorram, em qualquer parte do nosso planeta, as pessoas podem sobreviver e se reproduzir dignamente. Nessa proposta, foram afirmadas novas visões e conceituações baseadas no pensamento do Bem viver, o Sumak Kawsay. (STÉDILE; CARVALHO, 2012, p. 722).

Nesse sentido, priorizar a produção de alimentos saudáveis e permitir o acesso à população local, respeitando o seu valor de uso como alimento, é um compromisso da agroecologia, que está diretamente ligado à perspectiva do bem viver, em consonância com os direitos dos povos de controlar os seus territórios, os seus recursos naturais, a sua produção, de acordo com os seus interesses comuns, e, não, apenas, pelas determinações do mercado (STÉDILE; CARVALHO, 2012). De acordo com um agricultor entrevistado:

“Para quem está na agroecologia, produzir alimento de verdade visando alimentar a população tem que ser a prioridade, senão não faz sentido” (C.J.C).

Entre os/as camponeses/as entrevistados/as, percebemos o valor de uso atribuído ao alimento saudável.

As famílias que aderem à agroecologia, o primeiro passo é plantar comida com qualidade e variedade. Pra mim alimentação é o primeiro remédio. E o povo que entra pra agroecologia aprende a comer melhor e passa a se preocupar em fornecer alimento bom para os outros também (M.N.L).

Durante a pesquisa, ficou evidente a preocupação dos/as camponeses/as com a produção para o autoconsumo e para a segurança alimentar da própria família e da comunidade.

A vantagem da produção agroecológica é comer bem, nós vemos o convencional aqui no assentamento vender o leite, a soja, o milho pra comprar tudo no mercado. A gente precisa comprar só algumas coisas no mercado, às vezes a gente passa a semana inteira comendo só o que a gente produz (A.C.C).

Às vezes pode faltar dinheiro pra comprar alguma coisa, mas fome a gente não passa de jeito nenhum, pelo contrário, tem abundância de comida boa (I.G.S).

A metade do que a gente come aqui, nós produz. Quero chegar aos 70%. Tenho vontade de plantar arroz, mas o problema é que nós não tem onde beneficiar (E.D.S).

Promoção da saúde

Azevedo e Pelicioni (2011) defendem o potencial da agroecologia, para a promoção da saúde no meio rural, embora identifiquem que a relação entre os dois campos de estudos tem sido pouco aproveitada, no âmbito das políticas de saúde pública. Em nossa pesquisa, quando perguntamos aos/as agricultores/as o motivo que os/as levaram a adotar a agroecologia, a principal justificativa apresentada foi a da preocupação com a saúde da família e do consumidor.

A diferença mesmo é que a gente se sente bem melhor por estar produzindo alimento saudável. Dá uma satisfação a mais saber que estamos produzindo um alimento que gera vida, que dá saúde pra nossa família e pra quem consome (C.J.C).

Os/As entrevistados/as apontam para uma relação direta entre a produção agroecológica e a melhoria nas condições de saúde. Para eles/as, existe uma estreita relação entre a saúde, o trabalho e a alimentação da família. Muitos/as relacionam a saúde à ausência de doenças e o não uso de medicamentos.

Já está claro e transparente, quem mais vem ao posto de saúde é quem planta com veneno, é quem tem mais diabete, que mais tem a dar câncer e que mais vive doente [...] os agricultores da agroecologia são mais animados e menos depressivos, dá pra ver” (M.N.L).

Quando me mudei pra cá, trouxe comigo uma bolsa cheia de remédios, tomava muito remédios e estava preocupada com a distância da cidade, acontece que depois que me mudei pra cá não usei mais, a saúde melhorou muito, vivo mais tranquila (L.M.R).

O setor de saúde do MST incentiva ao uso de terapias alternativas e de medicina popular, dentro dos assentamentos. No Contestado, as práticas naturais de saúde estão presentes, sobretudo, no que diz respeito ao uso de plantas medicinais, diretamente relacionado ao saber popular e à prática agroecológica. Observamos que são desenvolvidas, cotidianamente, práticas naturais de saúde popular e terapias alternativas na Unidade Básica de Saúde (UBS) do assentamento, responsável por atender cerca de 150 famílias. Há, inclusive, por parte de alguns assentados, uma difusão da prática de bioenergia e uma mudança na concepção saúde-doença.

Figura 4: Atendimento com Auriculoterapia realizado na UBS do assentamento



Fonte: registro do autor (2018).

Considerações finais

Dentro do capitalismo não há solução para a vida; fora do capitalismo existe incerteza, mas tudo é possibilidade. Nada pode ser pior do que a certeza da extinção. Está na hora de inventar, está na hora de ser livre, está na hora de viver bem. (CECEÑA, 2012, p. 128, tradução nossa).

Ao utilizar o conceito de bem viver, entendemos que não se trata mais de propor modelos alternativos de desenvolvimento e, muito menos, de continuar a insistir no desenvolvimento. Visa dar visibilidade e importância às experiências e aos projetos de vida locais, que exprimem uma racionalidade distinta da da ideologia dominante do desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, os conhecimentos dos povos em movimento, das comunidades em resistência e de muitos movimentos sociais estão na dianteira do pensamento, para as transições sociais, e ganham uma relevância incomum, para a reconstrução de mundos, diante da crise civilizatória que a humanidade enfrenta.

A partir da tese de que a mudança no padrão produtivo determina mudanças nas relações sociais, foi possível, com este estudo, apreender o caráter transformador da agroecologia. O assentamento Contestado, a partir da iniciativa agroecológica, enquanto experiência embrionária, demonstra que é possível promover rupturas no pensamento dominante e concretizar outras maneiras de compreender e de reproduzir a existência, de tal forma que o sentido da terra deixa de ser exploração e geração de lucro e passa a ser de trabalho libertador e de reprodução da vida, o que não significa dizer que sejam relações perfeitamente autônomas e livres de conflitos. Porém, compõe-se como um território, no qual o ser humano pode exercitar sua criatividade e se realizar, humanamente, de uma forma que não vemos na sociedade hegemônica.

Os resultados permitem considerar o assentamento Contestado como um experimento real, no qual os camponeses/as (re)existem e se organizam, para produzir e para viver a agroecologia, passando a manifestar novas formas de se relacionar entre si e com a natureza – territorialidades próprias.

Por meio da realização desta pesquisa, foi possível uma aproximação entre os conceitos de agroecologia e de bem viver. Deste modo, o trabalho atendeu à necessidade de ampliar o horizonte analítico da agroecologia – para além de uma técnica produtiva – , com estudos sobre os efeitos da transição agroecológica nas vidas dos/as agricultores/as e na comunidade.

Em linhas gerais, podemos inferir que as famílias agroecológicas diferem das convencionais em vários aspectos. As observações e os relatos demonstram que estas famílias são aquelas que mais participam das práticas comunitárias, que se dedicam mais aos estudos e à formação, que têm mais saúde física e espiritual, que mantêm uma alimentação saudável e diversificada, que expressam um maior cuidado, para com a natureza, que têm mais tempo livre e usufruem de maior liberdade, que não arrendam suas terras, que estão menos endividadas, que demonstram gostar do trabalho que fazem, enfim, que estão mais felizes, o que nos leva a afirmar que estão sintonizadas com o bem viver.

Cabe ressaltar que os elementos que elencamos como estruturantes do bem viver estão longe de serem garantidos pelo Estado. A promoção de uma política do bem viver agroecológico nos territórios certamente tem, como obstáculos, as políticas desenvolvimentistas de Estado, que não reconhecem, tampouco leva em conta, o modo de vida camponês e as especificidades dos assentamentos de reforma agrária no país. Torna-se imprescindível, portanto, a existências de novas políticas públicas, orientadas pelo paradigma do bem viver

Conclui-se que a proposta do bem viver, por si só, não será suficiente, para superar, tampouco para engendrar mudanças profundas, dentro do capitalismo – um sistema, que é, em essência, promotor de desigualdades, de alienação e de devastação da natureza. No entanto, a existência de alternativas, como a agroecologia, atrelada à valores e a práticas do bem viver, à medida que se contrapõem à lógica do desenvolvimento capitalista, são capazes de produzir novas territorialidades e de fornecer importantes contribuições, para um possível processo de transição civilizatória.

Agradecimentos

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de mestrado.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, 2016. 257 p.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: AS-PTA, 3. ed. rev. ampl., 2012.

AZEVEDO, E.; PELICIONE, M. C. F. Promoção da saúde, sustentabilidade e agroecologia: uma discussão intersectorial. **Saúde e Sociedade**, 20(3), 715-729, 2011.

BRANDENBURG, A. Ecologização da agricultura familiar e ruralidade. *In*: BERGAMASCO, M. P. S.; DELGADO, G. (Orgs). **Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de futuro**. Brasília: MDA, 2017. p. 152-167.

BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, 4(51), 645-660, out. 2014.

CARVALHO, H. M. **O campesinato no século XXI**: Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

CECEÑA, A. E. Dominar la naturaleza o vivir bien: disyuntiva sistémica. **Debates Insurgentes**, 1(1), 2012.

COCA, E. L. F. *et al.* Agroecologia e territorialidade camponesas em Campo do Meio – MG. **Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária, 14(34), 168-186, 2019.

DATALUTA. **Relatório Brasil 2019**, 20, Presidente Prudente: NERA, 2019.

ESCOBAR, A. **Sentipensar con la tierra**. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

ESTERMANN, J. Crisis civilizatoria y Vivir Bien: Una crítica filosófica del modelo capitalista desde el allin kawsay/suma qamaña andino. **Polis**: Revista de la Universidad Bolivariana, La Paz, 33(11), 149-174, 2012.

FELICIANO, C. A. **Movimento camponês rebelde**: a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Contexto, 2006.

FERNANDES, B. M. **Campesinato e agronegócio na América Latina**: a questão agrária atual. São Paulo: CLACSO/Expressão Popular, 2008.

_____. Território Camponês. *In*: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012

GIRALDO, O. F. **Utopías en la era de la supervivência** - Una interpretación del Buen Vivir. México D.F.: Editorial Itaca, 2014, 220p.

_____. Convivialidad y agroecología. *In*: STREET, S. (Ed.) **Con ojos bien abiertos**: ante el despojo, rehabilitemos lo común. Guadalajara: CIESAS, 1. ed., 2016. p. 149-172.

GIRALDO, O. F.; ROSSET, P. M. La agroecología en una encrucijada: entre la institucionalidad y los movimientos sociales. **Revista Guaju**, 2(1), 14-37, 2016.

GUDYNAS, E. Buen Vivir: germinando alternativas al desarrollo. **América Latina em Movimento**, Quito: ALAI, 462, 1-20, 2011.

GUZMÁN, E. S; MOLINA, M. G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 96 p.

GRAMSCI, A. **Americanismo e fordismo**. Tradução de Gabriel Bogossian. Notas de Álvaro Bianchi. São Paulo: Hedra, 2008.

HAESBAERT, R; PORTO-GONÇALVES, C.W. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

ILLICH, I. **A Convivencialidade**. Lisboa: Estudos e Documentos, 1976.

_____. **O direito ao desemprego criador** – a decadência da idade profissional. Rio de Janeiro: Alhambra, 1979.

LATOUCHE, S. Convivialidade e Decrescimento. **Cadernos IHU**, 10(166), 2012.

LEFEBVRE, H. **Marxismo**: uma breve introdução. Tradução de William Lagos. Porto Alegre: L&PM, 2019. 128 p.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, 3(1), 36-51, jan./mar. 2002.

_____. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução de Lúcia Mathilde Orth. Petrópolis: Vozes, 7. ed., 2009.

LEITE, S. P.; MEDEIROS, L. S. Agronegócio. *In*: CALDART, R. S; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MACHADO, L. C. P; MACHADO FILHO, L. C. P. **Dialética da agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2014. 360 p.

MÉSZÁROS, I. **O século XXI**: socialismo ou barbárie? São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **A teoria da alienação em Marx**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

MORAES, F. C.; SORRENTINO, M. Agroecologia, Movimentos Sociais e Bem viver. *In*: SORRENTINO, M. *et al.* (Orgs.). **Educação, agroecologia e bem viver**: transição ambientalista para sociedades sustentáveis. Piracicaba: MH-Ambiente Natural, 2017.

MST. **Cadernos de cooperação agrícola n° 10**: O que levar em conta para organização do assentamento: a discussão no acampamento. São Paulo: CONCRAB, 2001.

_____. **Programa agrário do MST** - Texto para o VI Congresso Nacional. São Paulo: Secretária Nacional do MST, 2013.

NETO, W. M. Agroecologia e crítica da alienação: agricultores camponeses e a experiência do trabalho. *In*: NOVAES, H. T.; MAZIN, A. D.; SANTOS, L. (Orgs.). **Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia**. São Paulo: Outras Expressões, 2015. 408 p.

NOVAES, H. T. *et al.* A economia política da revolução verde, a agroecologia e as escolas de agroecologia do MST. *In*: NOVAES, H. T.; MAZIN, A. D.; SANTOS, L. (Orgs.). **Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia**. São Paulo: Outras Expressões, 2015. 408 p.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 4. ed., 2001.

_____. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur, 2007. 184 p.

PAULINO, E. T.; ALMEIDA, R. A. **Terra e território**: a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PLOEG, J. D. V. Sete teses sobre a agricultura camponesa. *In*: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 17-32.

QUIJANO, A. “Bien vivir”: entre el “desarrollo” y la des/colonialidad del poder. **Viento Sur**, Madrid, 11, mayo 2012.

_____. Sistemas alternativos de produção? *In*: SANTOS, B. S. (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 475-514.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília Franca. São Paulo: Ática, 1993.

ROSSET, P.; ALTIERI, M. **Agroecologia**: ciência e política. La Paz: SOCLA, 2018.

SACK, R. D. O significado de territorialidade. *In*: DIAS, L. C; FERRARI, M. (Orgs.). **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2. ed. rev., 2013.

SABOURIN, E. Teoria da reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, Porto Alegre, 13(27), 24-51, 2011.

SILVA, J. S. Agroecologia, Bem viver e o dia depois do desenvolvimento. **Boletim da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (ECOECO)**, Uberlândia, 39, 2019.

SILVA, J. G. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.

STÉDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. Soberania Alimentar. *In*: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

TOLEDO, V. A agroecologia é uma revolução epistemológica. Entrevista de Diana Quiroz. **Agriculturas**, 13(1), 42-45, 2016.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. **A memória biocultural**: a importância ecológica das sabedorias tradicionais. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

VIA CAMPESINA. Agroecología campesina por la soberanía alimentaria y la madre tierra. **Experiencias de La Vía Campesina**, Harare: LVC, 7, 2015.

WEZEL, A. *et al.* Agroecology as a Science, a Movement and a Practice: A review. **Agronomy for Sustainable Development**, 29(4), 503-515, 2009.

Recebido em 07/03/2021. Aceito para publicação em 03/05/2021.
--